

de Lisboa e pós-graduada em Estudos Europeus, Dominante Económica, pela Universidade Católica Portuguesa.

Desde junho de 1996 até à data exerce funções de técnica superior Consultora na equipa de apoio técnico à Comissão de Fiscalização do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e boa gestão financeira e patrimonial do IEFP, I. P.

No período compreendido entre fevereiro de 1996 e junho de 1996 exerceu funções de Técnica Superior na Direção de Serviços de Desenvolvimento e Programas de Emprego do IEFP.

No período compreendido entre julho de 1992 e fevereiro de 1996 exerceu funções de Técnica Superior na Direção de Serviços de Coordenação Técnica de Centros de Emprego do IEFP.

Em 1990 ingressou nos quadros do Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo desempenhado a função de técnica superior na Direção de Serviços de Programas de Emprego, até junho de 1992.

Iniciou a atividade profissional em 1989 como estagiária na Direção Financeira e na Direção de Serviços de Transportes e Ramos Técnicos da Aliança Seguradora, S. A.

Foi representante do IEFP na Comissão de Seleção do SIJE — Sistema de Incentivos a Jovens Empresários, nomeada por despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social de 15 de outubro de 1993.

206549153

Deliberação (extrato) n.º 1749/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), e no artigo 5.º, n.º 4, da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do conselho diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeado, em regime de substituição, diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional de Portalegre o mestre José Manuel Pires Cavalheiro, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

22 de novembro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguiar*.

Nota curricular

José Manuel Pires Cavalheiro, nascido em 7 de janeiro de 1960, conselheiro de orientação profissional assessor no IEFP, I. P., mestre em Psicologia do Desenvolvimento Profissional pela Universidade de Évora (2008), pós-graduado em Seguridad e Salud del Medio Ambiente e Trabajo, pela Universidade de Salamanca (1996) e licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora (1991).

No período compreendido entre agosto de 1981 e agosto de 1986, exerceu as funções de oficial de cavalaria (tenente miliciano) no Regimento de Cavalaria de Estremoz, onde desempenhou várias funções ligadas à instrução de praças, nomeadamente: delegado do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército; adjunto da Direção de Instrução; adjunto do 1.º Esquadrão de Instrução; comandante do 2.º Esquadrão de Instrução; oficial de tiro; oficial de educação física e desportos e adjunto do comandante das Forças em Parada.

No período compreendido entre setembro de 1991 e março de 1992, exerceu as funções de professor provisório do 1.º Grupo, na Escola Básica 2,3, Padre Bento Pereira em Borba.

No período compreendido entre setembro de 1991 e março de 1992, exerceu as funções de formador na área Sociologia da Comunicação, na Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL) núcleo de Vila Viçosa.

Ingressou no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., em março de 1992, onde, após a realização de estágio profissional, ingressou na carreira de conselheiro de orientação profissional, no Centro de Formação Profissional de Portalegre.

De 8 de maio de 1997 a 11 de maio de 2002 exerceu funções de chefe de serviços da Unidade de Formação do Centro de Formação Profissional de Portalegre.

No período compreendido entre outubro de 2006 a setembro de 2007 integrou o Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Cursos de Educação e Formação de Jovens (EFJ) no âmbito do IEFP — Delegação Regional do Alentejo.

No período compreendido entre outubro de 2007 e junho de 2008, exerceu as funções de profissional de reconhecimento validação e certificação de competências (RVCC) e de mediador cursos de educação e formação de adultos (EFA), nível secundário (NS), no Centro de Novas Oportunidades/Centro de Formação Profissional de Portalegre.

No período compreendido entre julho de 2008 a fevereiro de 2011, exerceu as funções de técnico de acolhimento/diagnóstico e encaminhamento (TAD) no Centro de Novas Oportunidades/Centro de Formação Profissional de Portalegre.

Participou, como orador, em seminários e encontros sobre temas de «Seleção Preventiva, Análise de Dados Qualitativos»; «Criatividade em Contexto de Formação Profissional» e «Potencial Humano», assim como formador de diversos temas, nomeadamente: Avaliação da Formação; Recursos Didáticos, Proposta de Intervenção Pedagógica, Saber Aprender e Desenvolvimento de Métodos de Estudo; Motivação, Determinação e Integração de Jovens.

Participou em equipas de seleção de pessoal em concursos externos para diversas carreiras do IEFP, I. P., tendo também orientado estágios profissionais.

Orientador de estágios académicos de alunos da Escola Superior de Educação de Portalegre e Escola de Tecnologia e Gestão de Portalegre, nas áreas da Gestão e Marketing; Jornalismo e Educação e Formação de Adultos.

Atualmente, desempenha as funções de Conselheiro de Orientação Profissional no IEFP, I. P. — Centro de Formação Profissional de Portalegre.

206549023

Deliberação (extrato) n.º 1750/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), e no artigo 5.º, n.º 5, da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do conselho diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeada, em regime de substituição, diretora-adjunta do Centro de Emprego de Oeste Norte a licenciada Carla Helena Tomás de Almeida, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

23 de novembro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguiar*.

Nota curricular

Carla Helena Tomás de Almeida, nascida em 27 de novembro de 1971. Licenciada em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa em 26 de junho de 1994. Frequência do mestrado de Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Pós-graduação em Assessoria Empresarial, pelo Instituto Superior de Leiria (ISLA), em 2002.

Desde 3 de dezembro de 2006 que desempenha funções de técnica superior assessora no Centro de Emprego de Alcobaça, com responsabilidades nas áreas de análise de candidaturas e acompanhamento de projetos no âmbito dos vários Programas de Emprego.

De 3 de dezembro de 2003 a 2 de dezembro de 2006 desempenhou o cargo de chefe de serviços da Unidade de Desenvolvimento do Emprego do Centro de emprego de Alcobaça.

De 8 de agosto 2001 a 2 de dezembro de 2003 desempenhou o cargo de coordenadora do Núcleo de Serviços de Gestão no Centro de Emprego de Alcobaça.

De 22 de janeiro de 1998 a 7 de agosto de 2001 foi técnica superior no Centro de Emprego de Alcobaça.

De 5 de maio de 1997 a 21 de janeiro de 1998 foi técnica superior no Centro de Emprego de Caldas da Rainha.

Entre 1994 e 1997 foi docente do básico e secundário (7.º grupo — Economia) e formadora.

206551664

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1751/2012

Por deliberação de 9 de novembro de 2012, do Conselho Diretivo do LNEC, I. P., foi autorizada a celebração de contrato de trabalho

em funções públicas por tempo indeterminado, com a Doutora Isabel Rute Filipe Cerveira Nunes Fontinha, como investigadora auxiliar, da carreira de investigação científica, mantendo a remuneração que já vem auferindo, correspondente à categoria de assistente de investigação, escalão 1, índice 140, apesar de à categoria de investigador auxiliar corresponder o escalão 1, índice 195, com efeitos a 2012-05-03, data da aprovação das provas, considerando-se caducado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental, como assistente de investigação a partir da mesma data.

19 de novembro de 2012. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

206545784

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DO EMPREGO E DA SAÚDE

Gabinetes dos Secretários de Estado
do Empreendedorismo,
Competitividade e Inovação e da Saúde

Declaração de retificação n.º 1540/2012

Declara-se que o despacho n.º 12648/2012, de 20 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 27 de setembro de 2012, saiu com inexactidões que, mediante declaração das entidades emitentes, se retificam. Assim:

1 — No anexo I, na coluna referente ao «Preço referência unitário do GH», relativo ao Grupo Homogéneo GH0863, onde se lê «0,1613» deve ler-se «0,1816».

2 — No anexo I, na coluna referente ao «Preço referência unitário do GH», relativo ao Grupo Homogéneo GH0864, onde se lê «0,1058» deve ler-se «0,1234».

21 de novembro de 2012. — O Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, *Carlos Nuno Alves de Oliveira*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.
206547541

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DO EMPREGO, DA SAÚDE E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes dos Secretários de Estado do Emprego,
Adjunto do Ministro da Saúde
e da Solidariedade e da Segurança Social

Despacho n.º 15259/2012

Considerando que o n.º 4 do despacho n.º 3520/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de março de 2012, prevê a possibilidade de durante o ano de 2012 serem reforçadas as verbas destinadas ao financiamento dos produtos de apoio, por despacho conjunto dos Ministérios da Economia e do Emprego, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social;

Considerando o parecer positivo do Instituto da Segurança Social, I. P., e do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.:

Determina-se o seguinte:

1 — É reforçada a verba global para o financiamento dos produtos de apoio durante o ano de 2012 disponibilizada pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social que passa a ser de € 4 000 000,00 para financiar produtos de apoio prescritos pelos centros de saúde e centros especializados.

2 — O presente despacho entra imediatamente em vigor.

20 de novembro de 2012. — O Secretário de Estado do Emprego, *Pedro Miguel Rodrigues da Silva Martins*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*. — O Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, *Marco António Ribeiro dos Santos Costa*.

206547322

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente
e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 15260/2012

Pretende o município de Amarante o reconhecimento do relevante interesse público, nos termos e para os efeitos previstos no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), do projeto relativo aos acessos exteriores do novo Hospital de Amarante, que envolvem a utilização de cerca de 8472 m² de áreas integradas na REN, por força da delimitação aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2000, de 1 de julho.

As vias em causa englobam um restabelecimento, o acesso à morgue e dois acessos à área de estacionamento, revelando-se todas elas imprescindíveis para o adequado funcionamento do citado equipamento de saúde — o qual, por pressupor igualmente a utilização de solos delimitados na REN, foi objeto do respetivo reconhecimento do interesse público através do Despacho n.º 11614/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de abril de 2008.

Considerando que os acessos são fundamentais e complementares do projeto do novo Hospital de Amarante;

Considerando que a sua realização é compatível com o Plano Diretor Municipal de Amarante, o qual foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/97, de 29 de setembro;

Considerando a impossibilidade prática de encontrar, fora das áreas de REN, localização alternativa, técnica e financeiramente viável, e ainda a aprovação, por unanimidade, da pretensão materializada na declaração de interesse público emitida pela Assembleia Municipal de Amarante, em 24 de setembro de 2011;

Considerando que sobre o respetivo projeto se pronunciaram favoravelmente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., e a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional, e que obteve a aprovação de EP — Estadas de Portugal, S. A.;

Considerando que o cumprimento das medidas aventadas pelo município de Amarante, bem como das condições impostas pelas entidades consultadas minimizam os efeitos da realização das vias sobre as funções que assistem às concretas tipologias da REN em presença — «áreas de máxima infiltração» e «leitos de cursos de água» —, sendo de realçar, entre estas, a necessidade do município, uma vez findas as obras de execução das vias, repor no seu estado natural as margens da ribeira do Real, designadamente através da plantação de vegetação ripícola;

Assim:

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território através do Despacho n.º 12412/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2011, com a redação que lhe foi conferida pela Declaração de retificação n.º 1810/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 25 de novembro de 2011, é reconhecido o relevante interesse público do projeto dos acessos exteriores ao novo Hospital de Amarante, no concelho de Amarante.

19 de novembro de 2012. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.

206549729

Despacho n.º 15261/2012

Pretende a Câmara Municipal de Paredes que seja reconhecido o relevante interesse público do projeto de construção da estrada entre Baixinho e Monte da Vila, freguesia de Castelões de Cepeda, concelho de Paredes.

Para o efeito pretende utilizar aproximadamente 1421 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Paredes, de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 161/96, de 11 de setembro, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 60/2008, de 2 de abril (republicação das folhas n.ºs 111-4 e 123-2) e o Aviso n.º 16346/2009, de 21 de setembro de 2009 (correção material da folha n.º 123-2).

O projeto prevê a construção de uma estrada com 463 m lineares, perfis transversais de 6 m de faixa de rodagem e 1,5 m de passeio. Em parte, visa o aproveitamento de troços já existentes, nos quais se prevê a sua beneficiação, alargamento e pavimentação em consonância com o projeto apresentado.

Tem como objetivo evitar o longo percurso efetuado pelos habitantes, apoiado em infraestruturas da freguesia confinante (Estrada 106-2), a